

A escrita acadêmica como *experiência estudiosa* na universidade

Academic writing as a study experience at university

La escritura académica como experiencia de estudio en la universidad

António Henriques¹

RESUMO

A escrita acadêmica não é uma escrita de desempenho nem uma escrita com que se obtenha um resultado. Ao discutir o que ela é e não é, discute-se o seu lugar na universidade. Defende-se neste texto que a escrita acadêmica não é rápida nem promissora, deve estar livre da velocidade. Encena a “liberdade suspensiva” de que fala Frédéric Gros, ou seja, todo o trabalho a que obriga, toda a dureza do seu desconforto torna-a leve e desafiante. Não é uma teoria, é um trabalho intelectual, tão prático como qualquer prática que junte material empírico a estudar e escrever. Deve conhecer o poder da linguagem e as convenções do jogo da ciência, que são o limiar do desejo de saber, usando-as para tornar intransigente a complexidade a que se propõe: a desenvoltura da apropriação textual, a irresolução do caminho e a experiência da repetição e da novidade. O estudioso e pesquisador é, acima de tudo, um escritor.

Palavras-chave: Escrita Acadêmica. Universidade. Linguagem. Ciência.

ABSTRACT

Academic writing is not performance writing nor is it writing with which to accomplish a result. By discussing what it is and is not, its place at university is discussed. It is argued in this text that academic writing is neither fast nor promising, it must be free from speed. It stages the “suspensive freedom” that Frédéric Gros talks about, that is, all the work it requires, all the hardness of its discomfort makes it light and challenging. It is not a theory, it is intellectual work, as practical as any practice that brings together empirical material to study and write. It must know the power of language and the conventions of the game of science, which are the threshold of the desire to know, using them to make the complexity it proposes uncompromising: the resourcefulness of textual appropriation, the irresolution of the path and the experience of repetition and novelty. The scholar and searcher is, above all, a writer.

Keywords: Academic Writing. University. Language. Science.

RESUMEN

La escritura académica no es una escritura de desempeño ni una escritura con la que se pretende conseguir un resultado. Discutiendo lo que es y lo que no es, se discute su lugar en la universidad. En este texto se argumenta que la escritura académica no es ni rápida ni prometedora, sino que debe

¹Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. E-mail: antenriques@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0003-0524-6395>

estar exenta de velocidade. Instaura a “libertad suspensiva” de la que habla Frédéric Gros, es decir, todo el trabajo que exige, toda la dureza de su incomodidad, la hace ligera y desafiante. No es una teoría, es un trabajo intelectual, tan práctico como cualquier práctica que recoja material empírico para estudiarlo y escribir sobre él. Debe conocer el poder del lenguaje y las convenciones del juego de la ciencia, que son el umbral del deseo de saber, utilizándolos para hacer inflexible la complejidad que se propone: el ingenio de la apropiación textual, la irresolución del camino y la experiencia de la repetición y la novedad. El estudioso y obrero es, ante todo, escritor.

Palabras clave: Escritura Académica. Universidad. Lenguaje. Ciencia.

INTRODUÇÃO

A escrita acadêmica na universidade é frequentemente vista como embaraço e impedimento. Este texto sugere que a escrita está no centro das preocupações do estudante, estudioso ou pesquisador, não porque é embaraçosa e impeditiva, mas porque a dificuldade a que obriga e a estranheza da sua confecção permitem o exercício da maior liberdade, a da crítica. A escrita acadêmica faz-se na ignorância do que vai escrever-se e no desconhecimento do próprio escritor. Na companhia de Maurice Blanchot, fala-se da escrita como uma descida à noite do escritor, ao lugar em que o barulho quotidiano se retira para que o espírito se encontre na obscuridade que rodeia a pesquisa por fazer.

Existem dois princípios para escrever na universidade. Um, o conhecimento do campo científico ao qual se pertence ou se quer pertencer e os termos da pesquisa científica genericamente considerados. Com as contribuições de Bruno Latour, Edgar Morin e Isabelle Stengers, o texto refere a relação da escrita com os mecanismos de naturalização dos factos científicos e com as experiências de laboratório, que fabricam esses factos. Galileu, criador da descrição matemática do movimento acelerado dos corpos pesados, terá sido portador de um novo tipo de verdade obtida em laboratório, em relação à qual a escrita estudiosa tanto cria aproximações como se distancia para fabricar outras ficções.

Um segundo princípio para escrever na universidade é o da percepção do significado de falar e escrever numa linguagem que nos precede com todo o peso da herança cultural. É porque escrevemos sob os imperativos da linguagem que a experiência de pensar pede a mudança de perspectiva ao escrever, que ensaiemos a escrita, que a escrita ajude a formar o método, e que escrevamos na companhia dos autores que nos fazem desconhecer o assunto de que nos ocupamos — para prosseguir na escrita não absolutizável, não impreterível, não dominadora.

O exercício da escrita acadêmica devolve outros dois princípios. Um, o de que o lugar de onde se escreve não está numa origem nem se atribui um fim, que progride no meio-termo da irresolução do levantamento dos problemas e da indeterminação das conclusões, como supõem Friedrich Nietzsche e Jorge Larrosa. Outro, o de que o centro desse meio-caminho confere um lugar político e de cidadania, como pensa Jacques Rancière.

DESCER À NOITE

A escrita acadêmica pressupõe uma entrega ao objeto da pesquisa que se separe de toda a facilidade, todo o automatismo e toda a segurança. A escrita começa antes do seu início, quando esboços, cálculos e previsões se debatem na impaciência de dar uma forma ao que aí vem. “Somente se escreve se se atinge esse instante ao qual só se pode chegar, entretanto, no espaço aberto pelo movimento de escrever. Para escrever, é preciso que já se escreva” (Blanchot, 1987, p. 176). O movimento que precede a escrita é, portanto, insubmisso ao próprio escritor, que preferiria talvez

não contrariar as dificuldades, os embaraços, os recuos, as dúvidas e a angústia que o cercam. É uma longa descida à noite, como diz Blanchot, uma descida ao desembarço obrigatório das solicitações utilitárias do mundo exterior, e à consciência noturna do escritor, de tal modo que já não possa escolher senão escrever, colhendo na obscuridade os pontos iluminados que assinalam a máxima exigência em cada momento.

A palavra escritor é usada neste texto como pesquisador (o pesquisador é um escritor) e a palavra pesquisador como estudioso ou estudante. O movimento perpétuo daquele que procura é, no texto *Estudantes*, de Giorgio Agamben, o mais apropriado para sublinhar a condição dos que tentam na universidade a aventura espiritual do saber e da ciência. Essa condição, sublinha ele, é a dos estudantes ou estudiosos. Ser estudioso é procurar expondo-se à dúvida e à incerteza, ou seja, é perguntar permanecendo vulnerável. Interrogar a ciência é uma exposição, é desvelar-se em primeiro lugar.

Se o escritor se organiza para descobrir o que falta saber, nomeia o que é inquietante, torna incômodo o que pensava antes, não coloca apenas em questão a legitimidade do saber, mas a si próprio como sujeito do saber. É-se escritor, pesquisador, afastando-se de si e encomendando-se às palavras, gerando uma rebelião interna com as convicções.

Há um caráter de inutilidade bem-vindo nesse desvio para as palavras, porque a escrita espera qualquer destinatário que deseje experimentá-la e não se destine a obter um desempenho, mas a transformar o que estava ou inerte, ou desaparecido, ou soterrado, ou era débil. “A escrita acadêmica não é apenas um modo de apresentar dados ou resultados, é sobretudo uma forma de expressão pessoal e até de criação artística” (Nóvoa, 2015, p. 17). Ela não se deduz, portanto, do rendimento desses “sujeitos de desempenho e produção” (Han, 2015, p. 23), disciplinados pela produtividade e obedientes à instância da massificação.

A inutilidade que nos impele para o jogo das palavras é a que impede a opressão dos estímulos incessantes e a escrita coagulante e dócil. Renunciar à rua e ao que se sabe, ao ruído e à disposição prévia das palavras, submeter temporariamente pelo prazer o pânico de escrever, eis o que espera o estudioso recém-chegado. Ao depor o mensurável, o valor de troca do dia a dia, e vaguear para “estar livre de si mesmo” (Blanchot, 1987, p. 182), pode-se encarar a escrita acadêmica como um “pressentimento de relações desconhecidas” (Blanchot, 1987, p. 183) entre as palavras. Essa solidão autoimposta não é o estado psicológico de sentir-se só, nem a ferida do isolamento, nem o individualismo social. É uma retirada momentânea para inflétir as palavras de ordem que falam por nós, encarar o poder da linguagem, considerar a sua herança e tradição, descobrir os axiomas das ciências e a instituição dos seus poderes. O fundo em que repousa a escrita acadêmica é dado pelo jogo da ciência e a sua constelação é constituída pelas possibilidades infinitas da linguagem.

O JOGO DA CIÊNCIA

Quem decide o que é científico é a comunidade a que se pertence, definindo os pressupostos que são aceitos e os que não são. É um jogo de pares para pares, resolvido individualmente no ato e na solidão da escrita (mesmo que a escrita seja coletiva). Nesse jogo, faz-se a construção da legitimidade do conhecimento científico (a necessidade de comprovar que os enunciados são verdadeiros à custa de uma metodologia que se desenrola enquanto se escreve, se testa, se demonstra), admitindo-se que a pesquisa científica usa uma multiplicidade de linguagens que corresponde à abundância das disciplinas e ao pulverizar dos campos do saber.

Não há uma linguagem para a ciência, há linguagens científicas diversas. A perturbação do saber científico “procede da erosão interna do princípio de legitimação do saber. Esta erosão opera no jogo especulativo, e é ela que, ao afrouxar a trama enciclopédica na qual cada ciência devia encontrar seu lugar, deixa-as se emanciparem” (Lyotard, 2009, p. 71). A erosão emancipatória pode

ser problemática para conservar a legitimidade do que se escreve, mas indica o farol para não ser imediatamente prescritiva, totalizadora e universal, ou seja, para que o estudante escritor vigie de perto a sua própria intolerância ao escrever.

Se há manifestação de que o que é científico não é apriorístico, é a evolução do estatuto da ciência. Os estudos das disciplinas, como a física, a biologia, a economia, a história, e a sua legitimação foram há muito invadidos pelas noções de instabilidade, de acontecimento, de fragmentação, de multiplicidade. As ciências referem-se às permanências e estabilidades, bem como à vitalidade da ciência newtoniana e das suas leis matematicamente traduzíveis num universo mecânico; estabelecem uma ligação, contudo, dessa vitalidade às incertezas e flutuações com as quais uma racionalidade contemporânea pesquisa as possibilidades e não as certezas. Não existe propriamente uma eficiência que legitime a pesquisa científica. “Trabalhar na prova é pesquisar e inventar o contraexemplo, isto é, o ininteligível; trabalhar na argumentação é pesquisar o ‘paradoxo’” (Lyotard, 2009, p. 99-100).

É por isso que, na relação que se estabelece entre escritor e linguagem, não é o resultado da pesquisa que é central, é o que dessa relação incita o esclarecimento. “A investigação torna-se útil não por ter o ‘método científico’, mas antes porque apresenta uma metodologia de trabalho teórico e empírico que, tornando manifestos os pressupostos sobre os quais ela mesma se constrói, permite, ato contínuo, a aparição de novas ideias e de novos enunciados” (Ó, 2019, p. 75). As regras da ciência não são exatas, nem objetivas, nem desinteressadas, nem definitivas, são imanentes ao seu próprio estado provisório, “correspondem a uma ‘experiência social’ bastante específica, aquela do laboratório” (Stengers, 2002, p. 31), isto é, à submissão “a um imperativo de medida e quantificação” (Stengers, 2002, p. 67).

Para Edgar Morin, dado que “as condições lógicas, linguísticas e culturais do pensamento são inevitavelmente preconceituosas” (Morin, 1987, p. 19), trata-se de assumir o poder de manipulação de que a ciência se serve para obter resultados científicos: assumir que o conhecimento não exclui o ser que conhece, que o pensamento não exclui quem pensa, que o objeto da pesquisa não exclui o sujeito pesquisador. Isso requer que o estudante se interesse pela pergunta de pesquisa de forma que questione, igualmente, por que razão se envolve na pergunta, que falsa clareza tem do assunto, que segurança pessoal quer quebrar. “A dúvida pela qual o sujeito se interroga sobre as condições de emergência e de existência do seu próprio pensamento constitui (...) um pensamento potencialmente relativista, relacionista e autocognoscente” (Morin, 1987, p. 19).

Perguntar está na raiz da determinação mais profunda, da obrigação mais vasta e da coragem mais genuína para enfrentar a “constante incerteza do mundo” (Heidegger, 2009, p. 8). A incerteza, movida pelas ‘crises’ que nos afetam e pela curiosidade trespassante, faz parte do próprio mecanismo de aceitação e de avaliação científica ou desse jogo de pares implícito que a ciência traduz. “Uma sentença pode ser tornada mais facto ou mais ficção, dependendo da maneira como está inserida em outras. *Por si mesma, uma sentença não é nem facto nem ficção; torna-se um ou outra mais tarde graças a outras sentenças*” (Latour, 2000, p. 45, grifo do original). Esta indeterminação leva Latour a dizer que a sorte de uma afirmação depende das afirmações posteriores que se lhe juntarem, e que o seu estatuto não está na afirmação, mas no que for feito com ela.

A declaração é importante para o estudioso porque a forma de entender o que aconteceu a um facto que se tornou natural é estudar as condições da sua emergência: como é que uma nebulosa de enunciados se referiu a um problema, como se dispersou para formar conjuntos persistentes e encadeamentos heterogêneos, como excluiu enunciados concorrentes, como estabeleceu finalmente a certeza do objeto da qual falou. Esta arqueologia do pensamento escava à procura da literalidade documental ou, se for o caso, traduz os resultados das experiências de laboratório; com tais documentos e resultados laboratoriais, aprofunda uma singularidade totalmente construída com base em fragmentos que podem estar distantes no tempo e serem estranhos às ‘intenções’ dos

autores anteriores; documenta as práticas que instituem regularidades (quando é que se naturalizou a arquitetura da sala de aula?) e não as originalidades que investem as práticas (a primeira vez que se documentou a arquitetura de uma sala de aula).

COMPLEXIDADE, EXPERIÊNCIA

A escrita acadêmica procura uma complexidade. “Não se trata de um pensamento que exclui a certeza pela incerteza, que exclui a separação pela inseparabilidade, que exclui a lógica para permitir todas as transgressões. O procedimento consiste, ao contrário, em se fazer uma ida e vinda incessante entre certezas e incertezas, entre o elementar e o global, entre o separável e o inseparável” (Morin, 2003, p. 75). A complexidade reside na forma de apropriação das escritas que comunicam com o escritor. Ele procura mastigar as escritas e, quanto mais escritas conhecer, maior grau de liberdade obtém em relação à sua. Quanto mais escritas cruza, mais longínquo e mais desterrado é o seu pensamento, e mais a sua escrita é coletiva, mesmo com origem apenas no estudante escritor. O escritor não está no centro nem do seu pensamento nem da sua escrita. Esta é que é a liberdade da escrita acadêmica. Ela é complexa porque é flutuante entre as escritas existentes, e é flutuante porque os seus padrões de formação são contingentes à existência delas, com as quais se dispõe à infinidade de combinações e à indeterminação das ideias. O pensamento complexo, portanto, é a capacidade de conferir coerência a elementos heterogêneos. É o “pensamento articulante” e interminável (Morin, Ciurana e Motta, 2003, p. 54) que refuta a elaboração de certezas e pressupõe a familiaridade das contradições na descoberta das camadas profundas da vida. É a possibilidade e a capacidade de enlaçar e de envolver essas contradições num sentido por descobrir. “A complexidade retoma o sentido anterior de sua etimologia latina: o verbo *complecti*, cujo particípio passado, *complexus*, significa, em primeiro lugar, abraçar, enlaçar, entrelaçar, estreitar. O substantivo *complexus* significa, literalmente, o abraço, o ato de fechar com os braços, o abraço paternal, amigável, até mesmo erótico, e também, no sentido figurado, o ato de compreender um certo número, ou um grande número de coisas diferentes” (Bindé, 2003, p. 12).

Como não fazer da escrita então, com a sua capacidade experimental e o seu poder fragmentário (que se origina na diversidade de fontes), com a sua capacidade articulatória de trechos (que se origina na desmedida biblioteca à disposição), a promessa de uma boa pesquisa? A escrita não se destina aos mais aptos, mas aos aptos a errar por entre as modificações que ela exige ao escrever-se, desde que se demore em nós uma fome de saber. A aspiração da escrita do estudioso é ser uma experiência, quer dizer, é ensaiar com a escrita a própria aprendizagem de escrever. O estudioso deve afirmar-se como escritor, ou seja, alguém que questiona a escrita a cada passo e a leitura a cada trecho. A sua escrita não se destina a tornar claro o que já sabia, mas a desconhecer o que a escrita lhe vai ensinar. A pesquisa exige “essa forma de tratar o texto como uma força que nos leva além de nós mesmos, além do que o texto diz, do que o texto pensa ou de que o texto sabe” (Larrosa, 2003, p. 109).

Ilya Prigogine diz que temos duas experiências. “Uma é a experiência da repetição.” Vemos aparecer o sol todos os dias da mesma forma que respigamos diariamente as escritas para formar o nosso argumento. “Também temos uma segunda experiência. Temos a experiência da criatividade, a experiência do novo, a experiência artística, a experiência literária” (Prigogine, 2003, p. 63). Com o resgate das escritas colecionadas, sob a inteligibilidade do sol de todos os dias, somos capazes de nos dirigir cientificamente para o incerto noturno que nos cerca. Os pensamentos batidos pelo ar e pelo sol incitam o espírito a atravessar-se no caminho indeciso e pouco transparente. No movimento para saber (isto é, para o escritor se transformar), ele expõe-se mais à pertinência da pergunta do que à adequação da resposta. “O perguntar já não é então apenas o nível elementar, ultrapassável pela resposta enquanto saber, mas o próprio perguntar tornar-se-á na suprema figura do saber” (Heidegger, 2009, p. 7).

Mesmo respondendo tanto quanto possível, o estudante pesquisador permanece do lado da pergunta. Ao fazê-lo, renuncia à escrita do desempenho. “O perguntar obriga então à mais extrema simplificação do olhar sobre aquilo que é incomum” (Heidegger, 2009, p. 7).

A pergunta obriga a um desvelamento, a uma exposição ao que se oculta, ao que existe sem existir, à pesquisa do que, sendo íntimo, não se verbaliza. O que existe sem existir é o que se afigura mais intolerável: as verdades estabelecidas, a administração da violência, a institucionalização da submissão, as restrições ao desejo, as estratégias das desigualdades. Mesmo cercado por textos dominadores, custosos ou habituais, o estudante escritor aproxima-se anonimamente, com a leveza e a liberdade própria do leitor. “A leitura faz do livro o que o mar e o vento fazem da obra modelada pelos homens: uma pedra mais lisa, o fragmento caído do céu, sem passado, sem futuro, sobre o qual não se indaga enquanto é visto” (Blanchot, 1987, p. 194). Sem peso, sem tradição, sem autor à vista, o texto entrega-se para ser despido de toda a significação anterior. “A leitura não é uma conversação, ela não discute, não interroga. Jamais pergunta ao livro e, com mais fortes razões, ao autor: ‘O que foi que você quis dizer exatamente? Que verdade me traz, portanto?’” (Blanchot, 1987, p. 194). A leitura e a escrita são “lugares de experiência” e o estudioso escritor “alguém que está aprendendo a escrever cada vez que escreve, e aprendendo a ler cada vez que lê” (Larrosa, 2003, p. 108).

Se a experiência é o que nos acontece, como diz Larrosa, o que acontece no decorrer da escrita ou da vida não é a experiência que a ciência põe em marcha. “A experiência já não é o meio desse saber que forma e transforma a vida dos homens em sua singularidade, mas o método da ciência objetiva, da ciência que se dá como tarefa a apropriação e o domínio do mundo” (Bondía Larrosa, 2002, p. 28). No laboratório, afirma-se a verdade e o domínio das coisas, não o seu sentido. No laboratório, não se trata de afirmar que as práticas científicas não são uma ficção, “*trata-se ainda de pôr à prova*, de submeter as razões por nós inventadas a um terceiro capaz de colocá-las em risco” (Stengers, 2002, p. 162), ou seja, de remeter à comunidade científica a invenção de novas regularidades como prova da “cara legível” que a ciência exige (Bondía Larrosa, 2002, p. 28).

O PENSAMENTO MATERIAL

A prática da pesquisa na universidade procura uma verdade por formular, não a afirmação já afirmada, ou a significação estabelecida. Como a prática de pesquisa é um artesanato, o estudante escritor torna irreduzíveis, também, os esforços para que a pesquisa seja o que é geralmente conotado com as ciências: a produção de operações de eficácia, que mistura a procura da verdade com a necessidade de deter riqueza, pelo custo de laboratórios, de técnicas auxiliares, de pessoal adjunto. As técnicas dispendiosas que auxiliam as ciências e que melhoram consideravelmente as suas *performances* testemunham a credibilidade, pela constante administração das provas, de que as ciências se alimentam. “Portanto, nada de prova e de verificação de enunciados, e nada de verdade, sem dinheiro. Os jogos de linguagem científica vão tornar-se jogos de ricos, onde os mais ricos têm mais chances de ter razão” (Lyotard, 2009, p. 81).

A vontade de saber da escrita acadêmica pode até socorrer-se de técnicas dispendiosas, mas o seu investimento é o desdobramento, no qual a aquisição de saber não está à procura de clientes, nem a escrita à procura de lugar nas hierarquias textuais, nem a administração das provas à procura de crédito junto do mercado. O desdobramento, isto é, a capacidade de desenrolar-se sem ser conclusiva, e a afinidade com as escritas que a alimentam, é a sua *performance* e a sua razão. Mesmo sob o receio do desregramento, a escrita desdobrada não é menos precisa. “Não é verdade que a incerteza, isto é, a ausência de controle, diminua à medida que a precisão aumente: ela aumenta também” (Lyotard, 2009, p. 102).

E não é verdade que escrever sob a incerteza seja escrever sem rigor. Não se trata, como diz Morin, de trocar a certeza pela incerteza, a separação pela mesmidade ou infringir uma lógica dada. Trata-se, nesse endereçamento às outras escritas com as quais compõe a sua, de o escritor iniciar um texto não pelo início (o início do texto não se sabe exatamente de onde provém) nem de o terminar pelo fim (o texto há de continuar noutros), mas de as próprias conclusões serem uma suspensão de qualquer finalidade. Esta escrita ensaia o que existe de mais fundamental na relação entre ensino e aprendizagem. “Creio que um curso começa pelo meio, sempre se começa pelo meio, sempre já se está em alguma coisa, dentro de alguma coisa. E também se termina pelo meio” (Larrosa, 2003, p. 112).

Estar no meio significa tornar perceptível para si o que se consegue afirmar com base em e para lá dos ruídos do mundo, e escrever na comunidade da apropriação mútua, de tal modo que a afirmação surja quase anônima, misturada e fortemente singular. “Devemos desfazer o fechamento das disciplinas e das formas de discurso; (...) devemos fazer cruzamentos entre palavras e pensamentos que normalmente não se encontram” (Tabacof Waks *et al.*, 2021, p. 8). Essa escrita obriga a mover o seu lugar. “Não existe mais, eu diria, a submissão das ciências humanas, a desculpa das ciências humanas por serem narrativas em oposição às ciências deterministas rigorosas” (Prigogine, 2003, p. 64). Sob os vapores desta insubmissão, a escrita acadêmica não expressa propriamente uma teoria nem se endereça a uma aplicabilidade, mas mistura o autor com o que ele escreve. “O trabalho de escrita não é, como se diz habitualmente, a expressão de um pensamento, mas sim o próprio trabalho de pensamento” (Tabacof Waks *et al.*, 2021, p. 8).

Enquanto se escreve, não existe uma hierarquia. Não existe uma hierarquia das disciplinas, dos autores, não existe uma hierarquia temporal. A palavra escrita não precisa de proclamar *igualdade*, mas de igualar-se a qualquer uma. Isso significa que o método de trabalho não exige nenhuma visão que considere pensamento, de uma parte, e ação, da outra, como se as palavras produzissem efeitos nas coisas. Essa visão dual “desconhece completamente o que é o trabalho do pensamento, o trabalho intelectual. O pensamento não é uma coisa imaterial, mas uma coisa material, que se exprime em textos, em palavras, em discursos” que formam “uma proposição de mundo” (Tabacof Waks *et al.*, 2021, p. 10-11).

NO CENTRO DO MEIO-CAMINHO

Para o estudante escritor, a sua prática é uma teoria, a sua teoria é uma prática, ambas formadoras dessa proposição que tem a oferecer ao mundo. Não se trata de desconsiderar as técnicas das ciências e das suas demandas objetivas, mas de atrair a escrita acadêmica à gravidade da sua execução, isto é, à possibilidade de conhecer. “Conhece com a tua escrita, pois é isso que te distingue como investigador” (Nóvoa, 2015, p. 17). A escrita que tenta conhecer o objeto de pesquisa faz desconhecer o escritor, desterra-o da posição que ocupa, separa-o de si, nega-o pela afirmação do que é novo e afirma o percurso da pesquisa. Ao assegurar o mínimo de regras que impõe (o que quer saber, porque quer saber, que metodologia usar, a que grupo de pesquisa pertence, o que espera encontrar), a escrita acadêmica em andamento promete fazer desconhecer também o objeto inicial, já que se insinua como “espaço de dispersão do desejo onde a Lei é despedida” (Barthes, 1975, p. 41) e autoriza o estudante escritor a revoltar-se contra o próprio método, ou seja, a ser capaz e competente para que o rigor e a formalidade sigam os movimentos e revoltas determinados pela escrita e não apenas o rigor e a formalidade por si definidos, de acordo com o campo do saber em que se encontra.

Enquanto a sujeição ao mínimo de regras é a aceitação pelo estudante escritor dos procedimentos em jogo (a adequação a um código), essa sujeição-esclarecimento para os pares e futuros leitores é o ponto de partida para jogar — “é, afinal, reconhecendo e explicitando a gramática (...) que se torna viável o acesso ao ponto arquimediano, lugar da crítica e da criação onde não se

é apenas ‘falado’ pelas regras do código” (Epstein e Valéry, 1979, p. 86). O mínimo de regras como resultado de um consenso prévio é um ponto de apoio que funde a obediência aos ditames da universidade com a tentativa igualitária de partida que deve ser oferecida aos estudiosos. Contudo, como a característica principal das regras é a sua contingência, a verdadeira igualdade à partida é a dos espíritos que desejam escrever na aceitação dessa condicionalidade meramente formal. “Jogar com coisas sérias pode significar levar até às fronteiras as possibilidades permitidas pelas regras, infringi-las, explicitá-las, mostrar suas contradições, duvidar enfim do caráter necessário de sua justificação ou legitimação” (Epstein e Valéry, 1979, p. 87).

Se as regras pelas quais se escreve são contingentes, como não o será a escrita que está à procura? É contingente o que pode mudar de um dia para o outro, o que pode ou não acontecer ou o que acontece acidentalmente; e é contingente, como refere Epstein, o que permite uma agonística. A luta com a escrita, que exclui a facilidade, o automatismo e a segurança, remete a um sentido da antiga disputa grega, que procura sem descanso manter o incentivo ardente para a ação, para a realização continuada, para a ambição sem tréguas. Agonismo (do grego *ἀγών* [*agōn*]) refere-se ao detestável “domínio de um só”, já que “todo o talento deve desdobrar-se lutando, assim ordena a pedagogia popular helénica” (Nietzsche, 2007, p. 72). Ao desdobramento da escrita responde também o desdobramento do engenho de muitos, como se a educação agônica pudesse edificar “o bem do todo” (Nietzsche, 2007, p. 73).

Em vez da imposição óbvia da voz autoral que densifica a estratificação entre poderosos e impotentes, o estudante escritor não habitará o mundo dual dos que esmagam e das suas vítimas, os que são esmagados, mas exercita o seu poder como mais um dos poderes imanentes às instituições. Mais uma vez, o estudante ou o estudioso está no meio-caminho, porque é a ele que compete escrever atraindo a escrita para o centro e atraindo para o centro da escrita a possibilidade de argumentação por vir. “É necessário que o apetite seja aguçado pelo desafio: não por um cenário monótono e unânime, em que ‘reconhecemos’ sempre a mesma coisa, e sim por uma paisagem acidentada, rica de diferenças subtis a inventar” (Stengers, 2002, p. 64). O estudioso está, além do mais, no centro do meio-caminho porque o espaço aberto pela escrita na disputa entre outros estudiosos (alunos, professores) se assemelha ao *agōn* como o espaço comum que se define por ser o centro.

A escrita que se contesta a si própria vem para contestar o que é comum e o que é público (em certos contextos da antiguidade grega, o centro é o que é comum e o que é público). Esse espaço comum é a arena do debate, em que se ganha ou se perde autoridade à custa da bravura, da dissidência e da variância. A importância fundamental do debate, e não do aviltamento dos oponentes, constitui uma dissidência institucional em que o valor simbólico do centro é decisivo. “Os atos de linguagem provêm de uma agonística geral” (Lyotard, 2009, p. 17). Com a linguagem como arma, debate-se sobre o que é comum e sobre o que é público, procurando-se, simbolicamente, a equidistância desse centro, isto é, a equidistância do que é dito e discutido. Estar no meio significa que os argumentos aí expostos são propriedade de todos.

SOB O CÉU DA LINGUAGEM

Relativamente à constelação das infinitas possibilidades da linguagem, é preciso saber, mesmo que se esteja à procura da verdade, que só se fala e escreve em nome de uma linguagem. “A escrita pode dizer a verdade sobre a linguagem, mas não a verdade sobre o real” (Barthes, 1975, p. 43). Como se mostra e expõe o real? “O real é infinito e, sobretudo dinâmico, caótico e fragmentado, e sempre inunda qualquer pretensão da linguagem em abarcá-lo, unificá-lo, fixá-lo, simplificá-lo, compreendê-lo e ordená-lo” (Larrosa, 2014, p. 89). Se somos capazes de decidir o que é científico num campo do saber por meio de uma axiomática predefinida, ainda assim se deve lembrar que apenas o que não tem nome nem significado, o que nos é desconhecido, se pode imaginar fora dos limites da linguagem.

Sem saber a que papel social o estudante escritor está futuramente prometido, a sua escrita não se abre para ser magistral, mas para a instabilidade que tente sustentar a imaginação desse *exterior* por definir. A linguagem não é um instrumento, como lembra Barthes, em relação ao qual os escritores e pesquisadores pudessem ter-se separado para pensar, é o cordão inseparável do pensamento. Esta inseparabilidade, não poder pensar para lá do que a linguagem autoriza, abre a escrita da pesquisa para a flexibilidade dos lances de linguagem, isto é, para a aceitação pelas comunidades de pesquisadores da “pluralidade de sistemas formais e axiomáticos capazes de argumentar enunciados denotativos” (Lyotard, 2009, p. 79).

Para que os novos enunciados não sejam meramente de desempenho, não podem encerrar uma promessa vazia (melhorar o mundo, combater a desigualdade). Se querem habilitar-se a nomear o intolerável no mundo e as fábricas das desigualdades, eles exigem, em primeiro lugar, o descaminho do escritor e a sua permanência na longa noite. “A noite é o que o dia não quer somente dissipar, mas do que quer apropriar-se” (Blanchot, 1987, p. 167-168). Permanecer na noite é uma experiência, ou seja, como sugere Jorge Larrosa, é a abertura e a recepção para o que nos acontece, incluindo o que nos acontece de mais intolerável. “Dar sentido ao que somos e ao que nos acontece” é, evidentemente, “algo que tem a ver com as palavras” (Bondía Larrosa, 2002, p. 21).

Trata-se de escrever sem deter propriamente um saber e muito menos um poder, pois trata-se de escrever sobre o que nos envolve e toca de perto. É uma interrupção no cotidiano, a retirada momentânea falada no início do texto, para exercitar com a linguagem a máxima recetividade aos estímulos do mundo. “Atividades como considerar as palavras, criticar as palavras, eger as palavras, cuidar das palavras, inventar palavras, jogar com as palavras, impor palavras, proibir palavras, transformar palavras etc. não são atividades ocas ou vazias, não são mero palavrório” (Bondía Larrosa, 2002, p. 21). Os sujeitos da experiência são passageiros da existência, são seres que existem de “uma forma sempre singular, finita, imanente, contingente” (Bondía Larrosa, 2002, p. 25).

O escritor escreve contra si (contra o que pensava até começar a escrever) para se evadir das contradições internas e falar do que não suspeitava que existisse. Esse envolvimento na linguagem que faz desconhecer o assunto de que se quer falar faz da escrita um acontecimento singular, finito, imanente e contingente: eis o que é necessário para a escrita. A escrita acadêmica não pode recusar-se à experiência, mesmo que sustente o caminho seguro da ciência. “Nenhuma observação, com efeito, pode ser enunciada sem recorrer a uma linguagem que lhe confira significação” (Stengers, 2002, p. 41). A ciência não existe apenas para tornar perceptíveis e sistematizáveis as regularidades do mundo, ela está em trânsito entre a singularidade do escritor e a vontade de demonstrar a verdade. Não há nada universal, objetivo e impessoal (o que por vezes se diz que é a ciência) que não tenha passado pela experiência contingente, pessoal e subjetiva da linguagem. “As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras” (Bondía Larrosa, 2002, p. 21). “O poder que a linguagem tem de inventar ‘argumentos racionais’ que submetem os factos, que criam ilusões de necessidade, que produzem a aparente submissão do mundo a definições ‘elaboradas no abstrato’” é o que Stengers chama “o ‘campo de invenção’ das ciências modernas” (Stengers, 2002, p. 98). O novo uso da razão depende inteiramente, por consequência, da linguagem que a expressa e a linguagem expressa razão e ficção ao mesmo tempo. Os enunciados científicos são possibilidades, não meramente ficcionais, mas ficcionais e reais, capazes de demonstrar *como* é que a natureza fala e não *por que* fala. A escrita acadêmica que torna manifesta a sua metodologia mostra, a todo o momento, o *como*, afirma a história endereçando-se aos pares por meio da demonstração, e a quem queira saber. Esta busca do *como* faz parte de uma tradição de reação ao pensamento medieval, que pode ser ilustrada pelo trabalho de Galileu.

FICÇÕES REAIS

A capacidade de afirmar que um enunciado é científico foi conseguida pelo “criador da descrição matemática do movimento acelerado dos corpos pesados” (Stengers, 2002, p. 91) com uma experiência, ou seja, com uma “montagem artificial” que permitiu testemunhar o movimento desses corpos. A encenação de um “artefacto de laboratório” (Stengers, 2002, p. 105) que demonstra a “lei do movimento” é uma abstração porque foi criada em laboratório, é uma prática, porque resulta do dispositivo laboratorial, e é concreta, diz Stengers, porque se opõe a outras teorias que possam contraditar a de Galileu e tornar irreduzível à sua demonstração qualquer outra hipótese. No entanto, a escrita de pesquisa não se destina a tornar irreduzível o que quer que seja, mas a contribuir para o ruído do mundo. Essa escrita não é nem superior nem inferior, ela existe apenas.

Não é a marcação de uma origem nos procedimentos experimentais em Galileu nem a consciência do acontecimento para a história da ciência astronômica, que primeiro interessa neste exemplo. No que respeita à escrita do estudioso, o que interessa é o dispositivo experimental criado por Galileu porque “a singularidade desse dispositivo (...) é que ele *permite ao seu autor que se retire*, que deixe o movimento *testemunhar* em seu lugar” (Stengers, 2002, p. 104, grifo do original). O movimento da escrita é a demonstração do estudioso, o seu testemunho, que lhe permite retirar-se da autoria do que afirma, afirmando apenas a escrita. Mas enquanto, para Stengers, o movimento encenado pelo dispositivo de Galileu tem por efeito fazer calarem os competidores, o movimento da escrita de pesquisa convida a que muitos falem a seguir e consecutivamente.

Esse movimento da escrita é animado por ser refutável, complexo por ser indeterminado e afirmativo por manter viva a pergunta de pesquisa. A verdade de tipo novo que Galileu veio trazer estabelece a inseparabilidade entre ciência e ficção e aprofunda a intimidade entre ciências exatas e contingência. “A decisão quanto ‘ao que é científico’ depende, sem sombra de dúvida, de uma política constitutiva das ciências, porque ela tem por escopo os testes que qualificam um enunciado entre outros enunciados, pretendentes e rivais” (Stengers, 2002, p. 99-100). Os factos científicos são os enunciados incontroversos (até serem revisados), “as partes resolvidas da ciência” (Latour, 2000, p. 163). Não há incertezas quanto à validade e à pertinência das descobertas históricas das células, moléculas, átomos, partículas, galáxias, buracos negros. O que existe é a necessidade de conhecer a manipulação dos meios aplicados, que tendem a excluir a reflexão sobre o sujeito que pesquisa. “A ciência não se conhece cientificamente e não tem nenhum meio para conhecer-se cientificamente. Existe um método científico para considerar e controlar os objetos da ciência, mas não existe método científico para considerar a ciência como objeto da ciência, e ainda menos o cientista como *sujeito* deste objeto” (Morin, 1987, p. 17).

A escrita denominada factual, isto é, a escrita de enunciados frios, realistas e fechados, é tão arbitrária, ficcional e contingente como um romance. A escrita científica é arbitrária, ficcional e contingente; o que faz é submeter-se a regras consensuais, explícitas, legitimadas internamente por quem joga o mesmo jogo. Trata-se do “consenso voluntário no acordo sobre o contingente” (Epstein e Valéry, 1979, p. 87). A separação não é, por conseguinte, entre escrita factual e fria ou escrita excessiva ou barroca, mas entre quem pode jogar o jogo da demonstração, os cientistas, e quem não pode, no mesmo nível, jogar o jogo da opinião, os não cientistas. Galileu demarcou o território científico, como se fizesse a natureza falar. Um novo uso da razão entrou em cena, refere Stengers, relevando o *como* das coisas, a hierarquia entre os cientistas e os outros, bem como a prática experimental que inibe outras ficções.

As partes resolvidas da ciência, os factos, o que é certo e o que é seguro, são as que estão de acordo com a teoria. Etimologicamente falando, segundo Heidegger, a teoria seria a “visão protetora da verdade”, isto é, “a observação do real”, isto é, uma “elaboração que visa apoderar-se e assegurar-se do real” (Heidegger, 2012, p. 46-48). Essa digressão pela linguagem poderia ser

inquietante para os cientistas, pois a ciência, como teoria, não quereria intervir no real; desejaria sim apreendê-lo. Só que é a ciência que constrói o real, sendo o real o que se abre ao cálculo, à medida e à quantificação e “o que resiste a todos os esforços de modificação” (Latour, 2000, p. 293). As ciências procuram construir enunciados que se separem das opiniões e das convicções pessoais e que sejam a “representação legítima de um fenômeno” (Stengers, 2002, p. 107) por referência a um contexto e a uma época, e constroem o próprio sistema em que afirmam dissociar crença e conhecimento, pré-ciência e ciência.

A expansão da ciência moderna na vida humana reflete, como diz Heidegger, o desenvolvimento de “um poder que não se pode encontrar em nenhum outro lugar da terra” (Heidegger, 2012, p. 39). A ciência não é um simples “querer conhecer” (Heidegger, 2012, p. 40) porque existe toda a relação política com as indústrias, as guerras, o ensino e as disputas com os quais se constrói, mas a escrita estudiosa pode escrever-se como se um *querer conhecer* fosse o único propósito. Essa escrita pode tentar ensaiar que não sabe nada, ensaiar desprender-se do poder, da moral e do conhecimento, fazer o movimento mais próprio do homem que é a regressão à infância. Como sugere Agamben, não é uma regressão ao passado nem ao futuro, mas à “eterna imaturidade” humana, um regresso a “um passado no futuro, um futuro anterior”, à infância que é “a verdadeira pátria” (Agamben, 2017, p. 15) do escritor. Um retorno que faz do estudioso e dos homens em geral, seres não especializados abertos ao imprevisível. É nessa medida que Agamben invoca a etimologia da palavra estudo (*studium*), ao referir que a raiz designa o embate e o choque. “Estudo e espanto (*studiare* e *stupire*) são, pois, aparentados neste sentido: aquele que estuda encontra-se no estado de quem recebeu um choque e fica estupefacto diante daquilo que o tocou, incapaz, tanto de levar as coisas até ao fim como de se libertar delas” (Agamben, 1999, p. 53). Aberto ao imprevisível, o estudioso fica atônito, tomando conhecimento que não sabe, condição para pesquisar e escrever. “Aquele que estuda fica, portanto, sempre um pouco estúpido, atarantado” (Agamben, 1999, p. 53-54) em vez de sabedor, como as crianças ficam geralmente absortas quando estão no caminho entre a descoberta e a perda ou, como diz Agamben, entre a paixão e a ação.

E, quando escreve, o estudioso descobre que é sem importância o que escreveu, insuflando na alma o desejo de recomeçar. A paixão indica uma responsabilidade com alguém ou alguma coisa exterior. “Fundada sobretudo numa liberdade dependente, determinada, vinculada, obrigada, inclusa, fundada não nela mesma mas numa aceitação primeira de algo que está fora de mim” (Bondía Larrosa, 2002, p. 26). É o vínculo com o que se pesquisa que se dá temporariamente por finalizado quando se acaba um texto; mas o que não termina é a referência a outra palavra que se une à paixão, o padecimento. “Há na paixão um assumir os padecimentos, como um viver, ou experimentar, ou suportar, ou aceitar, ou assumir o padecer” (Bondía Larrosa, 2002, p. 26). Permanecer na longa noite é uma expressão adequada para esse padecer que não tem a ver com inatividade ou ser apático mas vive, para o estudioso, da leveza e liberdade desafiantes da escrita transformadora. “Durante séculos, o saber humano havia sido entendido como um *páthei máthos* (πάθει μάθος), como uma aprendizagem no e pelo padecer, no e por aquilo que nos acontece. Este é o saber da experiência: o que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece” (Bondía Larrosa, 2002, p. 27).

ESCRITA POLÍTICA

A questão que se põe à escrita acadêmica é se ciência, conhecimento, racionalidade e objetividade supõem o caminho do “campo tão reprimido e tão regulado como o do saber organizado” (Larrosa, 2003, p. 106-107). Ou se a escrita e a leitura do estudioso, além de instrumentos da pesquisa, são, como se imagina que são, ensaios da escrita e da leitura, formas

de aprender a escrever e a ler. A pré-ciência joga-se inteiramente na exaltação de que “ler não é senão compreender o pensamento, as ideias, o conteúdo ou a informação que há no texto, e escrever não é senão esclarecer o que já se havia pensado ou averiguado, ou seja, o que já se pensa e se sabe” (Larrosa, 2003, p. 108). Ou melhor: joga-se no encobrimento de que sabemos escrever e ler antes de começar a escrever e a ler. O estudioso é um acadêmico e o acadêmico é um escritor, que tem tempo para aprender a escrever e a ler. O seu assunto não é novo, está no mundo: começa pelo que existe e só suporta escrever porque escritores anteriores o amparam. Termina sem ser pelo fim, pois não existe fim. “O estudo não só não pode ter fim, como também o não quer ter” (Agamben, 1999, p. 53).

A experiência da escrita estudiosa é diferente da tarefa de reunir informação, que tem princípio e fim, e a escrita da pesquisa incompatível com o texto informativo. A escrita informativa não é capaz de se metamorfosear: ela é uma quantidade de informação totalmente familiar do que divulga, incompetente para transformar o que não conhece. Ela é a legítima vontade de contar uma história já legitimada. A escrita acadêmica, em primeira instância, não se reserva a transmitir a mensagem da pesquisa institucional. Quer dizer: não se escreve para aumentar o poder ou conquistá-lo, mas para indagar na instabilidade da pesquisa a ampliação da consciência de si.

Mesmo designando um objeto de estudo, o referente do estudioso é menos um objeto do que uma estratégia, é estar de permeio entre as coisas, é estar no meio. Estar no meio também significa, de forma agonística, ser o articulador de intermissões. Este texto, que parece um continuum, é uma intersecção de referências, supondo a união pela linguagem de um pensamento descontínuo. A descontinuidade não é a defesa da arbitrariedade, do vale-tudo, da espécie de contemporização mediante os saberes intuitivo-tradicionais, mas a defesa contra o impensado em face da complexidade envolvente. A escrita é complexa, e permanecer na escrita é árduo, quer dizer, não se pode simplificar o que é complicado nem ocultar o trabalho que a escrita compromete.

Como diz Morin, porém, a complexidade não é a complicação. Na escrita estudiosa, trata-se de desenredar o complicado, o que perturba e impede a escrita. O que impede a escrita? O desconhecimento de que a experiência escolar que nos ensinou a ler e a escrever busca o ordenamento, a uniformização, a reprodução e o resumo dos conhecimentos como forma de evitar a dispersão e de dispersar a dúvida, como forma de submeter “o discurso a procedimentos rápidos, simplificadores” e “inviabilizar o contraditório, o pensamento livre e desenfreado, o desejo do dissemelhante” (Ó, 2019, p. 278). O trabalho que a escrita exige não é a rapidez produtiva a todo o custo, é o exercício lento do pensamento. A escrita dirige-se à heterogeneidade dos elementos, não às sínteses.

O que impede a escrita? A metodologia que separa, isola e reduz à unidade permitiu “descobrir a célula, a molécula, o átomo, a partícula, as galáxias, os *quasars*, os *pulsars*, a gravitação, o eletromagnetismo, o *quantum* de energia” (Morin, 1987, p. 17), mas a separação das disciplinas não pode equivaler ao rigor e objetividade dos respetivos objetos como se fosse o seu domínio. É nas articulações entre as disciplinas, arenas ordenadas e homogêneas, que a escrita da pesquisa na universidade pode retirar os impulsos dos questionamentos por conhecer. O que impede a escrita? Desconhecer que as condicionantes linguísticas e culturais conformam a medida da reflexividade. O que impede a escrita? Começar com um método demasiado decidido. “O método só pode formar-se durante a investigação; só pode desprender-se e formular-se depois, no momento em que o termo se torna um novo ponto de partida, desta vez dotado de método” (Morin, 1987, p. 25). O que a impede ainda? Talvez o que primeiro estorva a hipótese de estar no meio-caminho seja o que Adorno classificou como a indisponibilidade infantil para “se entusiasmar com o que os outros já fizeram” (Adorno, 2003, p. 16), de tal modo a emoção pelas escritas existentes é o instrumento básico para escrever.

Como o estudioso não é o escritor da moda nem o leitor da novidade, pode livremente dissociar-se das respostas globais para tentar pesquisar o que, em primeiro lugar para si, é incerto, nebuloso, desordenado, contraditório, aleatório e mesmo inviável, ou seja, excitante. Significa que as ideias com as quais trabalha não são retiradas de princípios primeiros nem universais nem propriamente objetivas e sim provenientes da forma como o mundo se apresenta. Nesse destino, a escrita é tão anônima quanto é anônima a intervenção do fabricante de dispositivos no laboratório que Stengers assinala para cumprir a objetividade da ciência. “Há escrita quando palavras e frases são postas em disponibilidade, à disposição, quando a referência do enunciado e a identidade do enunciador caem na indeterminação ao mesmo tempo” (Rancière, 1995, p. 8). Ao ocupar o espaço comum com o que lhe é próprio e destinar-se a qualquer um, a escrita estudiosa ganha um cunho político e interventivo. As palavras exatas da ciência parecem querer oferecer à comunidade “um novo corpo de crenças coletivas” (Rancière, 1995, p. 17), quando o que a escrita estudiosa acompanhada e não subordinada pode desejar é a apropriação democrática que só a voz sem enunciação autoral e a dispersão pelo campo comum garantem.

O espírito da ciência baseado em estudos, pesquisas e evidências, e os pressupostos da metodologia científica (a observação, a comparação, a quantificação, a prova) que explicam a natureza e a sociedade não são postos em causa pela expressividade da escrita, já que a objetividade não reside nas palavras. A pesquisa, a procura e a determinação são espirituais, e a sua escrita passageira. Se a leitura faz aos leitores do livro o que o vento faz aos objetos criados pelos homens, como diz Blanchot, a escrita tem a gravidade de um passageiro do vento. A formalidade acadêmica não diminui por um instante a liberdade cívica da escrita acadêmica, porque a liberdade do escritor debate-se muito antes nos meandros do espírito. “O pensamento é profundo por se aprofundar em seu objeto e não pela profundidade com que é capaz de reduzi-lo a uma outra coisa” (Adorno, 2003, p. 27).

A escrita estudiosa parte em direção ao que lhe é estranho, ao que não domina e, se possível, ao que não concebe antecipadamente, a maior parte das vezes com a linguagem que lhe é familiar. O estudioso não precisa saber quais são os autores mais acessíveis e os mais cifrados, mas aqueles com os quais caminhar significa perguntar melhor. A escrita, uma vez em andamento, complexifica o caminho, pede o imprevisível. Separa-se de toda a facilidade e imagina uma experiência intelectual comunitária, na qual pensam vários ao mesmo tempo, para se constituir como escrita política. O campo político não é o exercício da completude nem a hipótese de que tudo foi dito, mas a arena da reformulação infinita. A escrita estudiosa pode sempre ser interceptada, como o ordenamento político espera sempre pela sua interrupção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita estudiosa, acadêmica ou de pesquisa constitui um pacto entre o estudioso e a pesquisa na universidade. É um pacto que interroga as possibilidades de ensaiar uma escrita experimental que suspende as certezas e se interroga a cada momento. Está na contramão dos vazios existenciais do desempenho, da massificação e da submissão, enquanto pretende adquirir as capacidades para enfrentar o redemoinho de dificuldades, de recuos, de dúvidas e de angústias próprias da escrita. Essas capacidades adquirem-se escrevendo em comunidade — com os autores que escrevem sem reverência sobre os problemas que mais apaixonam o estudioso — e conduzem a escrita a um espaço comunitário por definição, o espaço do meio, o espaço da política.

A escrita acadêmica é um exercício de paixão e, logo, de transformação, que se obriga a estar atento à história do campo científico ao qual deseja pertencer. A ciência fala em nome dos factos que separa e isola, mas a escrita acadêmica pode não falar em nome de ninguém quando se dá à dispersão no campo comum. Obriga-se a estar atenta à geografia da linguagem sob a qual pensa e existe, sabendo

que os seus limites são os limites da invenção em ciência. A escrita da pesquisa institui-se como crítica ou não se institui. Não é a pesquisa que sinaliza a escrita, é o modo como se escreve na universidade que é central para determinar a pesquisa. O que está sempre por sondar na escrita estudiosa é de que forma a indagação e a crítica podem transformar o espaço democrático e os desvios pelos quais a experiência de escrever se inscreve no corpo do escritor que participa desse espaço.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.
- AGAMBEN, Giorgio. **Ideia da prosa**. Lisboa: Edições Cotovia, 1999.
- AGAMBEN, Giorgio. [Sem título]. In: FENATI, Maria Carolina(org.). **Infância. Chão da feira**. Belo Horizonte, 2017.
- BARTHES, Roland. **Escritores, intelectuais, professores e outros ensaios**. Lisboa: Editorial Presença, 1975.
- BINDÉ, J. Complexidade e crise da representação. In: MENDES, Cândido (org.); LARRETA, Enrique (ed.). **Representação e complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 7-23. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000131796>. Acesso em: 12 abr. 2023.
- BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BONDÍA LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan-abril. 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27501903>. Acesso em: 4 jul. 2023.
- EPSTEIN, Isaac; VALÉRY, Paul. Jogos. **Ciência e Filosofia**, São Paulo, n. 1, p. 85-98, 1979. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cienciaefilosofia/article/view/105259>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- HEIDEGGER, Martin. **A autoafirmação da universidade alemã**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.
- HEIDEGGER, Martin. **Ensaios e conferências**. Petrópolis: Editora Vozes, Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.
- LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita académica. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 28, n. 2, p. 101-105, jul.-dez. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25643>. Acesso em: 10 maio 2023.
- LARROSA, Jorge. **Tremores. Escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- MORIN, Edgar. **O método. 1. A natureza da natureza**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1987.
- MORIN, Edgar. A necessidade de um pensamento complexo. In: MENDES, Cândido (org.); LARRETA, Enrique (ed.). **Representação e complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 69-78. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000131796>. Acesso em: 16 abr. 2023.

MORIN, Edgar; CIURANA, Emilio Roger; MOTTA, Raúl Domingo. **Educar na era planetária**. O pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. São Paulo: Cortez Editora, 2003. Disponível em <https://archive.org/details/edgarmorineducarnaeraplanetaria>. Acesso em: 30 jan. 2025.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. A disputa de Homero. In: NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Cinco prefácios para cinco livros não escritos**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2007. p. 63-73.

NÓVOA, António. Carta a um jovem investigador em Educação. **Investigar em Educação**, Porto, II Série, n. 3, p. 13-22, 2015.

Ó, Jorge Ramos do. **Fazer a mão**. Por uma escrita inventiva na universidade. Lisboa: Edições do Saguão, 2019.

PRIGOGINE, Ilya. O fim da certeza. In MENDES, C. (Org.), LARRETA, E. (Ed.) **Representação e complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 49-67. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000131796>. Acesso em: 6 fev. 2023.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da Escrita**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

TABACOF WAKS, Jonas; FONSECA DE CARVALHO, José Sérgio; DO VALLE, Lílian; GRECO, María Beatriz. Tomada de palavra e conquista do tempo livre. Uma entrevista com Jacques Rancière. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/193198>. Acesso em: 8 ago. 2023.

Como citar este artigo: HENRIQUES, António. A escrita acadêmica como experiência estudiosa na universidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 30, e300009, 2025. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782025300009>

Conflitos de interesse: O autor declara que não possui nenhum interesse comercial ou associativo que represente conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Financiamento: O estudo não recebeu financiamento.

SOBRE O AUTOR

ANTÓNIO HENRIQUES é doutor em educação pela Universidade de Lisboa (ULisboa). Membro da Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação (UIDEF), Instituto de Educação, Universidade de Lisboa (IE-ULisboa).

Recebido em 18 de agosto de 2023

Aprovado em 5 de fevereiro de 2024

